

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.211 - RN (2018/0334274-9)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**AGRAVANTE : R F DE O**  
**ADVOGADO : ARTUR RICARDO ROQUE CELESTINO DE SOUZA -**  
**RN007476**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO**  
**NORTE**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **R. F. DE O.** contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, que não admitiu o recurso especial manejado com apoio no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em oposição a acórdão assim ementado:

"EMENTA: PROCESSUAL PENAL E PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (ART. 129, § 9º DO CP C/C ART. 7º DA LEI 11.340/2006). CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO BASTANTE A DEMONSTRAR A MATERIALIDADE E A AUTORIA. DEPOIMENTO DA VÍTIMA EM HARMONIA COM OS DEMAIS ELEMENTOS PROBANTES. DECISUM MANTIDO. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO." (e-STJ, fls. 205).

A defesa aponta negativa de vigência aos arts. 155, 156 e 386, V, todos do CPP. Alega, em síntese, que não há nos autos elemento probatório suficiente que justifique o decreto condenatório. Aduz, ainda, a indispensabilidade do exame de corpo de delito para a condenação do recorrente.

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 225-229).

O recurso foi inadmitido em razão da aplicação do óbice da Súmula 7/STJ (e-STJ, fls. 232-233). Daí este agravo (e-STJ, fls.236-243).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 265-266).

**É o relatório.**

Decido.

O recurso não comporta provimento.

Colhe-se a seguinte fundamentação utilizada pelo Tribunal de origem para negar provimento ao apelo defensivo e manter a condenação do recorrente da prática do delito previsto no art. 129, § 9º, do CP:

"Principiando pela materialidade, malgrado a ofendida não tenha se submetido a exame de corpo de delito, não há como desmerecer o conteúdo das fotos anexadas (fls. 10/14 do IP), as quais, cristalinamente, revelem a ocorrência do delito.

11. Transpondo à autoria, constam dos autos os depoimentos da vítima e da Sra. [M de A], cujo teor é por demais suficiente a lastrear a condenação em espreque.

12. Em juízo, asseverou B. D (vítima - mídia inserta à fl. 53):

"...Que ele entrou e começou a bater ... Que escorregou e ele deu coronhadas na sua cabeça. Que conseguiu correr para o salão que funcionava o restaurante e tinha as pilastres e começou a gritar... e o agressor continuo a bater nela. Que o seu filho chegou e presenciou as lesões sofridas... Que o réu ainda a agrediu na frente da nora ...".

13. Já [M de A M] (nora da vítima - mídia inserta à fl. 85) relatou: "... Que a declarante e o esposa dela foram até a casa da vítima pegar um ventilador. Que ao Chegar lá viram que a mesma estava com lesões, galo na cabeça e várias manchas vermelhas no corpo.... Que ao entrar no quarto o réu entrou no quarto e este ainda tentou agredir novamente a vítima. Que já morou com as partes e que já presenciou discussões entre eles ...".

14. De se ressaltar que em situações desta natureza, quando o delito é praticado dentro do ambiente familiar (lar), sem testemunhas, a palavra da vítima ganha especial relevância, como assim reiteradamente tem decidido esta Câmara Criminal: [...]" (e-STJ, fls. 206-207).

Como se vê, o acórdão recorrido motivadamente concluiu pela presença de provas suficientes a comprovar a autoria e a materialidade do delito.

Com efeito, para se modificar o entendimento do Tribunal sobre a existência de elementos aptos a ensejar a condenação do ora recorrente, seria necessário, invariavelmente, o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado sumular n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido, confirmam-se:

"PENAL. PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO SIMPLES. PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO PARA O DELITO DE FURTO SIMPLES. IMPOSSIBILIDADE. COMPROVAÇÃO DA PRÁTICA DO CRIME DE ROUBO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 157 E 155 DO CÓDIGO PENAL - CP.

INOCORRÊNCIA. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INVIABILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. DELITO PRATICADO MEDIANTE VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA À PESSOA. INOVAÇÃO RECURSAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Tribunal a quo, ao apreciar a prova produzida nos autos, constatou a presença de elementos aptos a ensejar a condenação do recorrente pela prática do delito previsto no art. 157, caput, do Código Penal (roubo simples), não se possibilita, portanto, a substituição para o delito de furto simples, como pleiteado pela defesa.

2. Concluir de modo contrário ao estabelecido pela Corte de origem, como pretende o recorrente, demandaria o revolvimento fático-probatório dos autos, inviável nesta instância, a teor da Súmula n. 7/STJ, segundo a qual "a pretensão de simples reexame de prova

não enseja recurso especial".

[...]

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1257976/DF, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 14/12/2018)

Por fim, cumpre registrar que nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte, "o exame de corpo de delito é prescindível para a configuração do delito de lesão corporal ocorrido no âmbito doméstico, podendo a materialidade ser comprovada por outros meios." (AgRg no AREsp 1.009.886/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 24/02/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator